

Qualidade com quantidade: a conciliação, segundo uma professora.

Guiomar Namo de Melo acha fundamental nessa conciliação o atendimento das necessidades regionais, com uma política de conjunto.

138

"Não é permitido alimentar grandes esperanças a respeito do ensino secundário no Brasil, uma vez conhecido o ensino primário", escreveu Lívio da Castro, em **A Província** (hoje **O Estado**), em 1888. Ele não foi o primeiro nem o último a reclamar a melhora do ensino de 1.º e 2.º graus. "Hoje, de cada grupo de cem crianças brasileiras na primeira série, menos de 20% concluem a oitava. Destas, menos de 40% conseguem entrar no 2.º grau", diz a professora Guiomar Namo de Mello (foto), formada em Pedagogia pela USP, mestre em Psicologia da Educação e doutora em Filosofia da Educação.

Guiomar de Mello lembra que "no 1.º grau a escolaridade é obrigatória, mas a família enfrenta dificuldades para mandar os filhos à escola".

"Quando se diz que a escolaridade é obrigatória dos sete aos 14 anos, é óbvio que é uma obrigação do Estado e da família, mas é vedado à família cumprir essa obrigação por falta de recursos financeiros. Senão coloca o filho na escola quem não pode. É preciso considerar que mesmo os pais mais carentes se esforçam, mas o que se vê é que esse esforço diminui a partir dos resultados".

De acordo com a professora, o Brasil conta hoje com vagas suficientes para todas as crianças de sete a 14 anos. "São 23 milhões de vagas, em levantamento de 83 a 84, e quase 23 milhões de matrículas. Mas há quase oito milhões de crianças daquela faixa fora da escola, porque parte das crianças matriculadas no 1.º grau tem mais de 14 anos, por causa da repetência. Para se ter uma idéia da dimensão desse problema, a média no País é de 11 a 12 anos para terminar o 1.º grau, que tem oito séries".

Nas classes sociais mais desfavorecidas, diz a professora, predomina o nível inferior de conhecimento cultural das crianças: os ensinamentos que elas recebem das famílias até os sete anos de idade "não se adequam aos padrões que a escola exige". Nessa questão, Guiomar enfatiza que, embora essas crianças estejam despreparadas socialmente para enfrentar o ensino do 1.º grau, elas não são incapazes de aprender.

Guiomar também não acha que a desnutrição dessas crianças as impeçam de aprender: "A desnutrição pregressa é uma falácia. As crianças desnutridas a ponto de ficarem impedidas de aprender já morreram antes de chegar aos sete anos".

E qual seria então a função da merenda escolar? "Ela é importante para saciar a fome do dia, permitindo à criança uma sensação de conforto e disposição para o estudo." Guiomar de Mello lembra ainda que "não é a escola que vai recuperar crianças desnutridas: 'A escola não é hospital nem centro de recuperação'".

Apesar da merenda escolar, de acordo com levantamento feito após dez anos de sua adoção, o índice de repetência na rede municipal subiu de 25,17% em 71 para 35,99% em 81. O mesmo estudo indica como principais causas de repetência a "não-adequação do currículo, a falta de reciclagem de professores, falta de vocabulário da criança, deficiências do mundo cultural e falta de famílias organizadas que permitam à criança receber melhor orientação fora da escola".

"Mais que educação para todos, o País tem de garantir qualidade e quantidade do ensino de 1.º grau, com uma estratégia que contemple inclusive as necessidades regionais", diz Guiomar de Mello. Para ela, devem ser considerados diferentes critérios: "O ensino aplicado no Nordeste deverá ser inicialmente quantitativo, porque faltam escolas, enquanto em São Paulo, que tem um nível de escolaridade de cerca de 88%, há exigência da melhor qualidade do ensino".

Mas nunca se deve abrir mão da quantidade em função da qualidade e vice-versa, de acordo com o raciocínio de Guiomar, "por causa da necessidade de uma política de conjunto". Segundo ela, o equacionamento da qualidade com a quantidade caminha devagar, por estar vinculado a diversos outros fatores e tendo como agravante a "variável político-eleitoral".

2.º grau

Guiomar de Mello classifica dois problemas básicos no ensino de 2.º grau: 1) o problema da democratização, para garantir, pelo menos aos poucos alunos que terminam o 1.º grau no País, a conclusão do secundário; 2) a identidade, que é o problema mais sério e não é um privilégio só do Brasil. O problema com a identidade, explica ela, é que o 2.º grau é "um curso espremido entre o 1.º grau e a universidade, ambos com finalidade própria: o primeiro com a função de alfabetizar e o segundo visando a formação profissional".

Esse curso intermediário, para Guiomar de Mello, deveria ser "profissionalizante ou simplesmente propedêutico" (preparatório para a universidade). É de difícil abordagem por envolver estudantes na faixa final da adolescência e início da juventude (15 a 19 anos), "que hoje têm necessidade de participar, de ser um produto da cultura. A juventude é hoje um mercado de consumo de idéias, renova comportamentos e tem muitas outras características que precisam ser consideradas na esfera do ensino".

Ensino profissionalizante? A professora alega que "não adianta formar técnicos que o mercado não absorve". Para ela, a formação de técnicos deve ficar a cargo das empresas, não da escola: "A formação de um técnico para uma empresa eletrotécnica, por exemplo, ficará sempre desatualizada, porque o curso não acompanha as mudanças do mercado. Mas um jovem culturalmente bem preparado poderá ser treinado facilmente por uma empresa".

Nesse curso de "caráter geral" proposto por Guiomar de Mello para o 2.º grau, continuaria havendo espaço para o curso profissionalizante, mas somente em situação em que a demanda fosse de "caráter específico". Assim, em Chapecó, região de Santa Catarina, onde existe uma comprovada demanda de técnicos de suinocultura, ou em Franca, SP, em que há demanda de profissionais para a indústria do couro, por exemplo, existiria um secundário profissionalizante, para atender à demanda da região.

Elke Lopes Muniz